

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	350.000
Preferenciais	0
Total	350.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.315.619	1.238.620
1.01	Ativo Circulante	133.840	164.953
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.553	90.659
1.01.02	Aplicações Financeiras	53.710	54.959
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	53.710	54.959
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	53.710	54.959
1.01.03	Contas a Receber	16.457	16.191
1.01.03.01	Clientes	16.457	16.191
1.01.03.01.01	Clientes	16.457	16.191
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.662	56
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.662	56
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.379	982
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.079	2.106
1.01.08.03	Outros	5.079	2.106
1.01.08.03.01	Outros créditos	5.070	2.097
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	9	9
1.02	Ativo Não Circulante	1.181.779	1.073.667
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.958	3.157
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.958	3.157
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	20.958	3.157
1.02.03	Imobilizado	20.314	24.480
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.314	24.480
1.02.04	Intangível	1.140.507	1.046.030
1.02.04.01	Intangíveis	1.140.507	1.046.030

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.315.619	1.238.620
2.01	Passivo Circulante	119.514	118.106
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.354	3.133
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.354	3.133
2.01.02	Fornecedores	12.273	16.275
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.273	16.275
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.621	3.119
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.621	3.119
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.621	3.119
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.023	66.701
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.292	26.830
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.292	26.830
2.01.04.02	Debêntures	45.731	39.871
2.01.05	Outras Obrigações	10.616	10.862
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.137	5.960
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.017	5.655
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	120	305
2.01.05.02	Outros	4.479	4.902
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.752	1.752
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	332	359
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.395	2.791
2.01.06	Provisões	8.627	18.016
2.01.06.02	Outras Provisões	8.627	18.016
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	6.751	7.832
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	5.334
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	1.876	4.850
2.02	Passivo Não Circulante	749.253	744.285
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	602.986	611.519
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	181.959	204.116
2.02.01.02	Debêntures	421.027	407.403
2.02.02	Outras Obrigações	108.326	100.620
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.802	96.252
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	104.802	96.252
2.02.02.02	Outros	3.524	4.368
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	3.524	4.368
2.02.03	Tributos Diferidos	13.456	16.840
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.456	16.840
2.02.04	Provisões	24.485	15.306
2.02.04.02	Outras Provisões	24.485	15.306
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	17.028	11.725
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	7.457	3.581
2.03	Patrimônio Líquido	446.852	376.229
2.03.01	Capital Social Realizado	350.000	309.725
2.03.01.01	Subscrito	350.000	309.725
2.03.02	Reservas de Capital	34.361	271
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	34.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	361	271
2.03.04	Reservas de Lucros	66.233	66.233
2.03.04.01	Reserva Legal	4.560	4.560
2.03.04.10	Orçamento de capital	61.673	61.673
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-3.742	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	88.589	305.450	89.270	255.397
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-56.231	-215.023	-61.222	-174.925
3.03	Resultado Bruto	32.358	90.427	28.048	80.472
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.177	-16.383	-3.460	-17.338
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.180	-16.388	-3.461	-17.353
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3	5	1	15
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.181	74.044	24.588	63.134
3.06	Resultado Financeiro	-22.678	-81.281	-16.855	-62.650
3.06.01	Receitas Financeiras	3.442	10.758	3.008	7.460
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.120	-92.039	-19.863	-70.110
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.503	-7.237	7.733	484
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.228	3.495	-2.690	-320
3.08.01	Corrente	0	111	0	0
3.08.02	Diferido	-1.228	3.384	-2.690	-320
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.275	-3.742	5.043	164
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.275	-3.742	5.043	164
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00674	0,01109	0,02203	0,00072

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	2.275	-3.742	5.043	164
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.275	-3.742	5.043	164

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	79.577	88.980
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	116.743	104.891
6.01.01.01	Prejuízo Líquido	-3.742	164
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	29.977	29.729
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	40	39
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/financiamentos, empréstimos e debêntures	79.938	61.223
6.01.01.05	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.659	1.117
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	340	164
6.01.01.07	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-4.782	-5.401
6.01.01.08	Juros sobre contrato de mútuo	10.059	7.635
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	90	72
6.01.01.10	Tributos diferidos	-3.384	320
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	-1.066	-174
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	7	202
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.092	-212
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	6.391	9.445
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	1.332	570
6.01.01.16	Capitalização de Juros	-24	-2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-37.166	-15.911
6.01.02.01	Clientes	800	-1.831
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-397	-522
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-1.606	-125
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-15.716	-317
6.01.02.05	Outros créditos	-2.973	-615
6.01.02.06	Fornecedores	-4.002	-4.321
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	221	565
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-498	-474
6.01.02.09	Partes relacionadas	177	2.239
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-1.240	-8.008
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-123	-879
6.01.02.12	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-6.475	-1.623
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.334	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-120.304	-87.991
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.481	-3.806
6.02.02	Aquisição de intangível	-118.823	-84.185
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	5.621	39.728
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	6.031	8.952
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	0	53.593
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-29.949	-25.930
6.03.04	Pagamento de credor pela concessão	-27	-4
6.03.05	Aporte de capital	40.275	45.000
6.03.06	Partes relacionadas - Mútuo	-1.509	-1.146

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.03.08	Juros pagos	-43.200	-40.737
6.03.09	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	34.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.106	40.717
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	90.659	39.964
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.553	80.681

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	309.725	271	66.233	0	0	376.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.275	34.090	0	0	0	74.365
5.04.01	Aumentos de Capital	40.275	0	0	0	0	40.275
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	90	0	0	0	90
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.000	0	0	0	34.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.742	0	-3.742
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.742	0	-3.742
5.07	Saldos Finais	350.000	34.361	66.233	-3.742	0	446.852

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	72	0	0	0	45.072
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	72	0	0	0	72
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164	0	164
5.07	Saldos Finais	273.725	233	60.609	164	0	334.731

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	322.538	271.641
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	187.985	177.784
7.01.02	Outras Receitas	10.129	8.155
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	124.424	85.702
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-183.808	-146.692
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-171.458	-134.415
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.350	-12.277
7.03	Valor Adicionado Bruto	138.730	124.949
7.04	Retenções	-29.977	-29.729
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29.977	-29.729
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	108.753	95.220
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.758	7.460
7.06.02	Receitas Financeiras	10.758	7.460
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.511	102.680
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	119.511	102.680
7.08.01	Pessoal	16.377	14.427
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.345	12.160
7.08.01.02	Benefícios	3.575	1.834
7.08.01.03	F.G.T.S.	457	433
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.593	16.359
7.08.02.01	Federais	3.736	7.107
7.08.02.03	Municipais	9.857	9.252
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	93.283	71.730
7.08.03.01	Juros	45.686	39.196
7.08.03.02	Aluguéis	1.244	1.620
7.08.03.03	Outras	46.353	30.914
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.742	164
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.742	164

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia resultados do 3T15 e 9M15: Receita de Pedágio cresce 4,5% no 3T15

Itaquaquecetuba, 10 de novembro de 2015 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2015 (3T15) e primeiros nove meses de 2015 (9M15). As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com – as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2014 (3T14) e primeiros nove meses de 2014 (9M14).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 3T15, registrou 21.419 mil veículos equivalentes pagantes e 66.477 mil nos 9M15;
- O EBITDA, no 3T15, foi de R\$ 36,4 milhões com margem EBITDA de 41,1%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção totalizou R\$ 38,2 milhões com margem EBITDA de 61,3%.
- A receita líquida foi de R\$ 88,6 milhões no 3T15 e R\$ 305,4 milhões nos 9M15. Excluindo a receita de construção, a receita pró-forma no 3T15 foi de R\$ 62,3 milhões e R\$ 181,0 milhões no 9M15.

Destaques (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Volume de tráfego ¹	21.419	22.648	-5,4%	66.477	67.541	-1,6%
Tarifa média (R\$)	3,03	2,74	10,6%	2,83	2,63	7,6%
Receita líquida	88,6	89,3	-0,8%	305,4	255,4	19,6%
Lucro Líquido/Prejuízo	2,3	5,1	-54,9%	(3,7)	0,2	n.m.
EBITDA ²	36,4	34,9	4,3%	104,1	92,9	12,1%
Margem EBITDA ²	41,1%	39,1%	2,0 p.p.	34,1%	36,4%	-2,3 p.p.
Capex	27,4	30,4	-9,9%	125,7	88,0	42,8%

¹ (em milhares de veículos equivalentes pagantes)

² Inclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados

Comentário do Desempenho

pelo Governo do Estado de São Paulo, com prazo de 30 anos e previsão para encerramento em 18 de junho de 2039.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego, em veículos equivalentes pagantes, totalizou 21.418 mil no 3T15 e 66.477 mil no 9M15, queda de 5,4% e 1,6% respectivamente. O tráfego de passeio foi influenciado pelas condições climáticas favoráveis e o tráfego comercial, por outro lado, foi influenciado pela queda na produção industrial e pelo início da isenção do eixo suspenso no corredor da Dutra.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Comercial	6.644	8.039	-17,4%	21.851	23.744	-8,0%
Passeio	14.774	14.609	1,1%	44.626	43.797	1,9%
Total	21.418	22.648	-5,4%	66.477	67.541	-1,6%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Ecopistas	3,03	2,74	10,6%	2,83	2,63	7,6%

Em 01 de julho de 2015, a Ecopistas obteve reajuste contratual de 8,47% pelo IPCA.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$ 94,4 milhões no 3T15 e de R\$ 322,5 milhões no 9M15, uma queda de 0,8% e crescimento de 18,7% respectivamente.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta						
(em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Receitas de Pedágio	64,8	62,0	4,5%	188,0	177,8	5,7%
Receitas Acessórias	3,3	2,9	13,8%	10,1	8,2	23,2%
Receita de Construção ICPC-01	26,3	30,3	-13,2%	124,4	85,7	45,2%
Total	94,4	95,2	-0,8%	322,5	271,7	18,7%

Receita de Pedágio - crescimento de 4,5% no 3T15, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2015.

Receita Acessória – incremento de 13,8% no 3T15, proveniente, principalmente, do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – redução de 13,2% no 3T15, devido a finalização das marginais da Rodovia Ayrton Senna.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 62,4 milhões no 3T15, redução de 3,6% e R\$ 231,4 milhões no 9M15, crescimento de 20,3%. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 24,1 milhões no 3T15, crescimento de 14,2%, devido, principalmente, aos reajustes nas contas de água e energia elétrica ao longo de 2015 e reversão de provisão com reclamação trabalhista no 3T14.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Pessoal	5,4	3,8	42,1%	16,4	14,4	13,9%
Conservação e manutenção	2,2	2,6	-15,4%	6,6	7,1	-7,0%
Serviços de terceiros	12,5	11,6	7,8%	37,2	34,7	7,2%
Poder concedente, locações e seguros	1,9	2,2	-13,6%	5,7	6,6	-13,6%
Outros	2,1	0,9	133,3%	4,7	4,7	0,0%
Custos Caixa	24,1	21,1	14,2%	70,6	67,5	4,6%
Provisão manutenção ICPC 01	1,8	3,1	-41,9%	6,4	9,4	-31,9%
Custo de construção de Obras ICPC 01	26,3	30,3	-13,2%	124,4	85,7	45,2%
Depreciação e amortização	10,2	10,2	-	30,0	29,7	1,0%
TOTAL	62,4	64,7	-3,6%	231,4	192,3	20,3%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 36,4 milhões no 3T15 e R\$ 104,1 milhões 9M15, crescimento de 4,3% e 12,1%, respectivamente.

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção totalizou R\$ 38,2 milhões com margem EBITDA de 61,3% no 3T15.

EBITDA (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Prejuízo/Lucro Líquido	2,3	5,1	-54,9%	(3,7)	0,2	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	1,2	2,7	-55,6%	(3,5)	0,3	n.m.
Resultado Financeiro	22,7	16,9	34,3%	81,3	62,7	29,7%
Depreciação e Amortização	10,2	10,2	0,0%	30,0	29,7	1,0%
EBITDA	36,4	34,9	4,3%	104,1	92,9	12,1%
Margem EBITDA	41,1%	39,1%	2,0 p.p.	34,1%	36,4%	-2,3 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T15 foi negativo em R\$ 22,7 milhões e R\$ 81,3 milhões no 9M15, crescimentos de 34,3% e 29,7%, respectivamente.

Resultado financeiro (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Juros sobre debêntures	(9,9)	(9,4)	5,3%	(28,7)	(27,2)	5,5%
Juros sobre financiamentos	(5,3)	(3,6)	47,2%	(17,0)	(12,0)	41,7%
Variação monetária sobre deb. e financ.	(6,2)	(2,5)	148,0%	(33,1)	(20,1)	64,7%
Receita de aplicação financeira	1,3	1,9	-31,6%	8,6	6,4	34,4%
Ajuste a Valor Presente ICPC-01	(0,4)	(0,2)	100,0%	(1,3)	(0,6)	116,7%
Outros efeitos financeiros	(2,2)	(3,1)	-31,3%	(9,8)	(9,2)	6,5%
TOTAL	(22,7)	(16,9)	34,3%	(81,3)	(62,7)	29,7%

PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$2,3 milhões no 3T15 e prejuízo de R\$ 3,7 milhões no 9M15.

ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou setembro de 2015 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 109,3 milhões. O endividamento bruto da Ecopistas (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão) atingiu R\$ 685,3 milhões em 30 de setembro de 2015 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$ 575,7 milhões aumento de 8,1% quando comparado com 31 de dezembro de 2014.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2015	31/12/2014	Var.
Curto Prazo	82,0	66,7	22,9%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	36,3	26,8	35,4%
Debêntures	45,7	39,9	14,5%
Longo Prazo	603,0	611,5	-1,4%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	182,0	204,1	-10,8%
Debêntures	421,0	407,4	3,3%
Endividamento Financeiro Bruto¹	685,0	678,2	1,0%
Credor pela Concessão	0,3	0,3	0,0%
Endividamento Bruto	685,3	678,5	1,0%
Caixa e equivalentes de caixa	109,3	145,5	-24,9%
Dívida Líquida	576,0	533,0	8,1%
Endividamento Financeiro Líquido¹	575,7	532,7	8,1%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$ 26,8 milhões no 3T15 e R\$ 125,7 milhões para 9M15. Os principais investimentos realizados foram pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

(em milhões de R\$)	3T15			9M15		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Capex	26,2	1,2	27,4	120,3	5,4	125,7

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 49,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2015 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de novembro de 2015.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 2, 3 e 4 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas no dia 18 de março de 2015 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	4.846	3.750
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimentos (a)	50.427	85.596
Aplicações Automáticas - Compromissadas (b)	280	1.313
	55.553	90.659

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2015, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 34,5% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,7% em Operações Compromissadas e 4,8% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,1% (100,9% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	30/09/2015	31/12/2014
Fundo de Investimentos (a)	51.867	53.165
Poupança (b)	1.843	1.794
Circulante	53.710	54.959

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 98,9% (99,1% em 31 de dezembro de 2014) do CDI e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES e de debêntures.

- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possui um saldo de R\$1.843 (R\$1.794 em 31 de dezembro de 2014) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Notas Explicativas

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio eletrônico	14.809	15.482
Cupons de pedágio	655	636
Receitas acessórias	1.075	1.221
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	<u>(82)</u>	<u>(1.148)</u>
	<u>16.457</u>	<u>16.191</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	16.457	16.189
Vencidos:		
Até 30 dias	-	2
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
Acima de 90 dias	-	-
Acima de 120 dias	<u>82</u>	<u>1.148</u>
	<u>16.539</u>	<u>17.339</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	1.148	1.316
Valores recuperados no período	<u>(1.066)</u>	<u>(674)</u>
Constituição de PCLD no período	-	500
Saldo final	<u>82</u>	<u>1.142</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica "Despesas antecipadas" em 30 de setembro de 2015 é de R\$1.379 (R\$982 em 31 de dezembro de 2014) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 29.

8. Tributos a recuperar

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	1.320	56
Contribuição social sobre o lucro (CSL) a compensar	68	-
Imposto de renda (IRPJ) a compensar	<u>274</u>	<u>-</u>
	<u>1.662</u>	<u>56</u>

Notas Explicativas

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	3.157	2.714
Adições	15.716	317
Baixas	(7)	(202)
Atualização monetária	2.092	212
Saldo final	<u>20.958</u>	<u>3.041</u>

As adições realizadas no período encerrado em 30 de setembro de 2015, referem-se aos depósitos complementares das 56 ações de desapropriação referente à obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até a Rodovia Oswaldo Cruz, decorrentes da obrigação contratual com o Poder Concedente.

Notas Explicativas

10. Imobilizado

	Custo			Depreciação			Residual				
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferências	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 30/09/2014	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013
Hardware e equipamentos de pedágio	43.356	3.218	-	46.574	(20.749)	(6.653)	(27.402)	19.172	19.172	22.607	22.607
Máquinas e equipamentos	549	37	-	586	(189)	(53)	(242)	344	344	360	360
Móveis e utensílios	1.162	120	-	1.282	(374)	(91)	(465)	817	817	788	788
Edificações	250	-	-	250	(34)	(4)	(38)	212	212	216	216
Instalações	2.499	431	-	2.930	(385)	(198)	(583)	2.347	2.347	2.114	2.114
Outros	498	-	(268)	230	(61)	-	(61)	169	169	437	437
	48.314	3.806	(268)	51.852	(21.792)	(6.999)	(28.791)	23.061	23.061	26.522	26.522

	Custo			Depreciação			Residual					
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transf.	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 30/09/2015	Saldos em 31/12/2014
Hardwares	47.983	1.050	-	(1)	49.032	(29.328)	(5.396)	-	(34.724)	14.308	18.655	18.655
Máquinas e equipamentos	780	-	-	-	780	(262)	(72)	-	(334)	446	518	518
Móveis e utensílios	1.497	43	-	(1)	1.539	(500)	(115)	1	(614)	925	997	997
Edificações	250	-	-	(1)	249	(38)	(6)	(4)	(48)	201	212	212
Instalações	4.606	388	-	11	5.005	(675)	(369)	3	(1.041)	3.964	3.931	3.931
Outros	230	-	-	240	470	(63)	-	63	-	470	167	167
	55.346	1.481	-	248	57.075	(30.866)	(5.958)	63	(36.761)	20.314	24.480	24.480

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

Em 30 de setembro de 2015 foram capitalizados encargos financeiros de R\$24 (R\$2 em 30 de setembro de 2014).

Notas Explicativas

11. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização - %	Saldo em 31/12/2013				Custo				Amortização				Residual	
		Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 30/09/2014	Saldo em 31/12/2013	Saldo em 30/09/2014	Adições	Saldo em 30/09/2014	Saldo em 30/09/2014	Adições	Saldo em 30/09/2014	Saldo em 30/09/2014	Saldo em 31/12/2013
Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	1.016.234	83.680	(39)	268	1.100.143	(66.307)	(22.581)	(88.888)	1.011.255	949.927				
Softwares de terceiros	19,5	989	56	-	-	1.045	(661)	(149)	(810)	235	328				
		1.017.223	84.187	(39)	268	1.101.639	(66.968)	(22.730)	(89.698)	1.011.941	950.255				

	Taxas médias anuais de amortização - %	Saldo em 31/12/2014				Custo				Amortização				Residual		
		Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 30/09/2015	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 30/09/2015	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2015	Saldo em 30/09/2015	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2015	Saldo em 31/12/2014
Contratos de concessão Intangível em andamento	(*)	1.139.352	118.832	(41)	(248)	1.257.895	(94.215)	(23.905)	1	(63)	1.139.713	1.045.137				
Softwares de terceiros	13,3	1.235	15	-	-	536	(863)	(114)	-	-	536	521				
		1.141.108	118.847	(41)	(248)	1.259.666	(95.078)	(24.019)	1	(63)	1.140.507	1.046.030				

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 30 de setembro de 2015 é de 2,65% a.a. (2,84% a.a. em 30 de setembro de 2014).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2014	Adições	Baixas	30/09/2015	30/09/2015
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	313	442	-	755	442
Provisão para férias e encargos de diretores	21	88	(16)	93	72
Provisão para devedores duvidosos	365	4	(365)	4	(361)
Prejuízo fiscal base negativa	-	3.125	(2.341)	784	784
Provisão para manutenção	8.004	793	-	8.797	793
Juros capitalizados	(114)	-	19	(95)	19
AVP ônus Concessão	2.630	-	(211)	2.419	(211)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(28.059)	-	1.846	(26.213)	1.846
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(16.840)	4.452	(1.068)	(13.456)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					3.384

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

Notas Explicativas**b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.237)	484
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	2.461	(165)
Despesas indedutíveis	(2)	(14)
Incentivos fiscais (PAT)	111	-
Outros	925	(141)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	3.495	(320)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	111	-
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	3.384	(320)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	5.334	-
Despesa IR/CS corrente DRE	(111)	-
Total IR/CS pagos no período	(5.223)	-
Saldo final provisão IR/CS	-	-

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.100	1.189
Cofins	704	718
PIS	150	155
ISS na fonte	103	329
INSS fonte	106	306
Outros	458	422
	2.621	3.119

14. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Em moeda nacional:				
BNDES	15 de julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	39.440	34.376
BNDES	16 de junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	178.811	196.570
			218.251	230.946
Circulante			36.292	26.830
Não circulante			181.959	204.116

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	230.946	197.897
Adições	-	53.593
Encargos financeiros	17.016	11.981
Pagamento principal	(18.255)	(16.772)
Pagamento de juros	(11.456)	(10.925)
Saldo final	218.251	235.774

Notas Explicativas

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no montante de R\$355.396, dividido em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

Garantia	A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
Índices financeiros exigidos	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2015, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
(i) PL/passivo total	> 20%	32,90%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,37
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,91

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	39.158	114 mensais
b	85.528	85.528	22.587	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	5.157	114 mensais
e	21.769	21.769	-	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	-	114 mensais
k	29.846	22.438	-	114 mensais
l	9.169	9.169	-	10 anuais
Total	<u>355.396</u>	<u>277.384</u>	<u>66.902</u>	

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	6.888	31.238
2017	31.654	31.174
2018	31.711	31.231
2019	31.882	31.404
2020	31.888	31.411
Posteriores a 2021	47.936	47.658
	<u>181.959</u>	<u>204.116</u>

15. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Principal corrigido	451.371	439.420
Remuneração (juros)	22.515	16.147
Custos com emissão de debêntures (*)	(7.128)	(8.293)
	<u>466.758</u>	<u>447.274</u>
Circulante	45.731	39.871
Não circulante	421.027	407.403

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	447.274	433.184
Encargos financeiros	62.922	49.242
Pagamento do principal	(11.694)	(9.158)
Pagamento de juros	(31.744)	(29.812)
Saldo final	<u>466.758</u>	<u>443.456</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370.000 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1
Data de emissão	15/01/2011
Valor de emissão	R\$370.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2015	1ª série - R\$1,33 2ª série - R\$1,23 3ª série - R\$1,21 4ª série - R\$1,35
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX

Notas Explicativas

Descrição	
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio.
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação.
Classificação de riscos	"brAA+" da Standard & Poors
Manutenção de índices financeiros	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	6.742	(449)	6.293	24.218	(1.378)	22.840
2017	36.125	(1.407)	34.718	33.531	(1.407)	32.124
2018	48.572	(1.334)	47.238	45.085	(1.334)	43.751
2019	63.851	(1.080)	62.771	59.266	(1.080)	58.186
2020	80.944	(884)	80.060	75.132	(885)	74.247
2021 a 2023	190.683	(736)	189.947	176.991	(736)	176.255
	426.917	(5.890)	421.027	414.223	(6.820)	407.403

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2015, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	32,46%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	2,95
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,95

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		370.000	(12.668)	357.332		

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balança patrimonial	Natureza	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e não circulante
		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	39
CBB Ind. e Com. de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	81
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	7	-	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(d)	Outras partes relacionadas	2	-	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	6.017
		9	-	6.137
Não circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	104.802
		-	-	104.802
Intangível				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	201	-
CBB Ind. e Com. de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	3.102	-
Consórcio Carvalho Pinto (e)	Outras partes relacionadas	-	22.501	-
		-	25.804	-
Total em 30 de setembro de 2015		9	25.804	110.939
Total em 31 de dezembro de 2014		9	5.163	102.212
Demonstração do resultado		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	10.059
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	18.971	9.846	-
Total em 30 de setembro de 2015		18.971	9.846	10.059
Total em 30 de setembro de 2014		17.828	9.253	7.635

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$38.422, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) Em 08 de outubro de 2010 foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de setembro de 2015, há um saldo em aberto de R\$104.802 (R\$96.252 em 31 de dezembro de 2014), atualizado por 100% do CDI + 1,20% a.a. e com vencimento em 31 de março de 2018.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$55.944. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2015, há um saldo de serviços a realizar de R\$41.561. Os saldos em aberto a pagar R\$81 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Notas Explicativas

- (e) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA – Construtora Impregilo e Associados S.A., contrados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$47.252. O prazo para execução dos serviços é até dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2015 já haviam sido incorridos R\$9.450.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2015 foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2015 em R\$978 (R\$1.100 em 31 de dezembro de 2014). A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Remuneração (fixa/variável)	784	527
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 21.c)	90	72
Previdência privada	27	18
Remun. Baseada ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	21	-
	<u>922</u>	<u>617</u>

17. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 12,20% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>30/09/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	12.551	10.202	-	22.753
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.810)	(757)	-	(4.567)
Ajuste a valor presente - realizações	1.632	-	570	2.202
	<u>10.373</u>	<u>9.445</u>	<u>570</u>	<u>20.388</u>
Circulante	<u>-</u>			<u>2.526</u>
Não circulante	<u>10.373</u>			<u>17.862</u>

Notas Explicativas

	31/12/2014	Adição	Efeito financeiro	Baixas	30/09/2015
Constituição da provisão para manutenção	20.813	8.174	-	-	28.987
Efeito de valor presente sobre a constituição	(6.578)	(1.783)	-	-	(8.361)
Realização da manutenção	-	-	-	(5.394)	(5.394)
Ajuste a valor presente - realizações	2.340	-	1.332	-	3.672
	16.575	6.391	1.332	(5.394)	18.904
Circulante	4.850				1.876
Não circulante	11.725				17.028

18. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 12,20% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Baixa	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para obras futuras	bur	-	-	13.169
Realização da construção	(3.651)	(1.623)	-	(5.274)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	9.519	(1.623)	-	7.896
Circulante	<u>9.519</u>			<u>7.896</u>
Não circulante	<u>-</u>			<u>-</u>

	31/12/2014	Baixa	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(5.338)	(1.081)	-	(6.419)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	7.832	(1.081)	-	6.751
Circulante	<u>7.832</u>			<u>6.751</u>
Não circulante	<u>-</u>			<u>-</u>

Notas Explicativas

19. Obrigações com o Poder Concedente

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Parcelas variáveis	332	359

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	359	324
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	2.972	2.789
Pagamentos	(2.999)	(2.793)
Saldo final	<u>332</u>	<u>320</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2015, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Natureza dos custos	Previsão de 2015-2039	Previsão de 2015-2039
Melhorias na infraestrutura	124.706	214.667
Conservação especial (manutenção)	409.448	403.270
Equipamentos	203.803	191.265

20. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	2.673	777	3.450
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	359	758	1.117
(-) Pagamentos	(78)	(801)	(879)
(+) Atualização monetária	81	83	164
Saldos em 30 de setembro de 2014	<u>3.035</u>	<u>817</u>	<u>3.852</u>

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	2.938	643	3.581
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.929	730	3.659
(-) Pagamentos	(71)	(52)	(123)
(+) Atualização monetária	213	127	340
Saldos em 30 de setembro de 2015	<u>6.009</u>	<u>1.448</u>	<u>7.457</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de setembro de 2015 no montante de R\$6.108 (R\$4.679 em 31 de dezembro de 2014), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de setembro de 2015 o montante de R\$6.482 (R\$8.289 em 31 de dezembro de 2014), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. Sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão", sem afetar dessa maneira o resultado da Companhia. A premissa do registro na rubrica "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que este valor faz parte do Programa de Exploração de Rodovia e é uma Ampliação da Infraestrutura da Rodovia Carvalho Pinto, objeto do contrato de concessão rodoviário firmando entre a Companhia e a Artesp.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

Em 30 de setembro de 2015, existem processos de natureza tributária que totalizam R\$594 (R\$480 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado é de R\$350.000 representado por 350.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal R\$309.725 e 309.725.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2014). Em 30 de março de 2015, foi integralizado o montante de R\$40.275 no capital social da Companhia.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6 do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2015, o valor da reserva legal é de R\$4.560 (R\$4.560 em 31 de dezembro de 2014).

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

Notas Explicativas

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 273.939 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	16.489	28.516	30.587	198.347
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2015, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$90 (R\$72 em 30 de setembro de 2014).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-
Outorgadas	16.489	-	-	-	16.489
Em 31 de dezembro de 2010	16.489	-	-	-	16.489
Outorgadas	-	28.516	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	16.489	28.516	-	-	45.005
Outorgadas	-	-	30.587	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	198.347	198.347
Em 30 de setembro de 2015	16.489	28.516	30.587	198.347	273.939

Notas Explicativas

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	14,60	14.788	7,26	107	11 meses
2016	13,99	7.647	4,30	33	23 meses
2017	12,37	49.586	1,85	92	35 meses
2018	12,37	49.589	2,10	104	47 meses
		121.610	3,88	336	

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de setembro de 2015 é de R\$61.673 (R\$61.673 em 31 de dezembro de 2014).

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de setembro de 2015 não foram distribuídos valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

22. Receita líquida

	30/09/2015	30/09/2014
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	71.492	66.496
Pedágio por equipamento eletrônico	111.693	106.119
Vale-pedágio	4.800	5.169
	187.985	177.784
Receita de construção	124.424	85.702
Receitas acessórias (a)	10.129	8.155
Receita bruta	322.538	271.641
Deduções da receita bruta (b)	(17.088)	(16.244)
Receita líquida	305.450	255.397

a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	30/09/2015	30/09/2014
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	187.985	177.784
Receitas acessórias	10.129	8.155
	198.114	185.939
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(5.943)	(5.578)
PIS (0,65%)	(1.288)	(1.209)
ISS (2% a 5%)	(9.857)	(9.252)
Descontos e abatimentos	-	(205)
	(17.088)	(16.244)

Notas Explicativas

23. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Pessoal	16.377	14.427
Conservação e manutenção	6.625	7.139
Serviços de terceiros (a)	37.179	34.693
Seguros (vide Nota Explicativa nº 29)	1.507	2.056
Poder Concedente (Vide ne nº 19)	2.972	2.789
Provisão para manutenção	6.391	9.445
Custos com construção	124.424	85.702
Depreciações e amortizações	29.977	29.729
Locação de imóveis e máquinas	1.244	1.620
Outros custos e despesas operacionais	4.715	4.678
	<u>231.411</u>	<u>192.278</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	215.023	174.925
Despesas gerais e administrativas	16.388	17.353
	<u>231.411</u>	<u>192.278</u>

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

24. Resultado financeiro

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	8.637	6.352
Variação monetária sobre debêntures	-	829
Atualização monet. Cred. fiscais	2.121	277
Outras	-	2
	<u>10.758</u>	<u>7.460</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(28.670)	(27.215)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(17.016)	(11.981)
Variação monetária sobre debêntures	(33.088)	(20.946)
Amortização de custos das debêntures	(1.164)	(1.081)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(1.332)	(570)
Juros sobre contrato de mútuo	(10.059)	(7.635)
Atual. Monet. Obrig. Fiscais e trabalhistas	(340)	(164)
Outras	(370)	(518)
	<u>(92.039)</u>	<u>(70.110)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(81.281)</u>	<u>(62.650)</u>

25. Lucro (prejuízo) por ação

a) Prejuízo (lucro) básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	(3.742)	164
Quantidade de ações ordinárias		
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/prejuízo básico por ação	337.368	273.725
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>(0,01)</u>	<u>0,001</u>

Notas Explicativas

b) Lucro (prejuízo) diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 21.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

26. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro de 2015, a participação nos lucros e resultados foi de R\$825 (R\$993 em 30 de setembro de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

27. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

Notas Explicativas

Índices de endividamento

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dívida (i)	685.341	678.579
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(109.263)	(145.618)
Dívida líquida	576.078	532.961
Patrimônio líquido (ii)	446.852	376.229
Índice de endividamento líquido	1,29	1,42

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 14, 15 e 19.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,0% (100,2% em 31 de dezembro de 2014) do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2015 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.846	4.846
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	16.457	16.457
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	104.417	104.417
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	12.273	12.273
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	218.251	218.251
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	466.758	466.758
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	332	332

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iii) Os empréstimos e financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

Notas Explicativas

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$14.731 (R\$15.015 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	41.066	39.809	37.706	116.173
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	11.632	6.818	6.417	29.221
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	87.179	77.548	95.793	662.781

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros s/ aplicações financeiras (c)	Baixa de CDI	5.837	4.378	2.918
Debêntures (a)	Alta do IPCA	(61.122)	(62.830)	(64.556)
Empréstimos e financiamentos (a)	Alta do IPCA	(3.339)	(4.174)	(5.009)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da TJLP	(13.955)	(14.028)	(14.101)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(72.579)</u>	<u>(76.654)</u>	<u>(80.748)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são seis meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	9,65%	12,06%	14,48%
TJLP (b)	7,00%	8,75%	10,50%
CDI (c)	14,31%	10,73%	7,16%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

28. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$118 (R\$107 em 30 de setembro de 2014), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

29. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2015, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2015 a junho de 2016	146.413
"All Risk" - responsabilidade civil	Junho de 2015 a junho de 2016	1.639.386
"All Risk" - operacionais	Junho de 2015 a junho de 2016	70.143

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração do Grupo.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais -ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, assim como as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5